

# Modelos de “africanização” das Operações de Apoio à Paz

António Manuel Rodrigues Pinheiro

*Coronel de Cavalaria. Assessor de Estudos do IDN*

## Resumo

As iniciativas de “africanização” das Operações de Apoio à Paz (OAP) aparecem como sendo um vector importante para a operacionalização das políticas de cooperação no domínio da segurança e defesa. O programa RECAMP é um eficaz instrumento de projecção de poder da França dado que reforça a sua liderança na condução da agenda Europa-África. O programa ACRI, o ACOTA, o ARP, o IMET e o ACSS inscrevem-se na lógica do intervencionismo que orienta os interesses estratégicos hegemónicos dos EUA, no sentido de incrementar a sua influência no continente africano. No caso português, o recém-divulgado PAMPA reorienta o esforço da cooperação militar no sentido da sua componente multilateral. O sucesso dos modelos de “africanização” das OAP dependerá da capacidade da comunidade de doadores em coordenar as múltiplas iniciativas e programas de cooperação no domínio da segurança e defesa, integrados eficazmente numa estratégia global da luta contra a pobreza.

## Abstract

### Models of “Africanization” of Peacekeeping Operations

*The “africanization” initiatives of Peacekeeping Operations seem to be today’s main guideline embedded in defence cooperation policies. The RECAMP program proved to be an effective tool of French power projection, reinforcing Paris leadership conducting Europe-Africa political agenda. On the other hand, ACRI, ACOTA, ARP, IMET and ACSS are programs rooted in the interventionist agenda followed by the US in the fulfilment of its hegemonic strategic interests to increase its influence in the African Continent. In what concerns Portugal, the newly released PAMPA, directs African military cooperation to a multilateral framework. The success of these “africanization” of Peacekeeping Operation models will depend on the capacity of the contributors to coordinate the several initiatives and security and defense cooperation programs in a broader strategy of the fight against poverty.*

*«La France n'a nulle vocation à jouer les gendarmes de l'Afrique. Elle s'engage pour la paix à la demande de l'Onu, de l'Union Africaine ou des pays africains eux-mêmes.»*

Jacques Chirac, Junho de 2005

*“...These days are over (...) Africa was divided between european powers, which considered african countries as their own private domains...”*

Warren Christopher, Outubro de 1996

*“...o PAMPA visa valorizar o papel de Portugal, tendo em conta a sua perspectiva africana (...) num novo ciclo de dinâmica multilateral, marcado pelas preocupações da comunidade internacional quanto à estabilidade no continente africano.”*

Luís Amado, Abril de 2006

## 1. Introdução

A actual dinâmica global de “reestrategização” do continente africano é, fundamentalmente, induzida pela evidente necessidade de “securizar” o acesso aos recursos energéticos vitais ao desenvolvimento económico da hiperpotência e potências emergentes, ainda fortemente dependentes do petróleo.

Esta necessidade reorientou as linhas de acção estratégica dos governos e das agências internacionais, tendo em vista garantir mecanismos eficazes de estabilização do continente, através da implementação de políticas de cooperação no domínio da segurança e defesa, de âmbito bilateral e multilateral. Essas políticas apoiam-se em conceitos e princípios supostamente inovadores, a priori bem intencionados, traduzidos em expressões óbvias e irrefutáveis do tipo *good governance*, *human security* e *african ownership*<sup>1</sup>.

---

1 Sobre este último, seria interessante demonstrar o paradoxo entre o que se proclama e a real génese e finalidade deste conceito, imposto por actores exógenos ao continente africano...

No domínio específico da segurança e defesa, existe hoje vasta bibliografia sobre a designada Reforma do Sector da Segurança<sup>2</sup>. As divergências entre os peritos surgem, apenas, quanto ao método, não sobre a validade do enquadramento conceptual. Actualmente, o desenvolvimento das capacidades africanas no âmbito das Operações de Apoio à Paz (OAP) parece ser o vector “da moda” para a operacionalização desses conceitos.

Neste contexto, julgou o autor elaborar um estudo comparativo, necessariamente breve por condicionamentos deste espaço editorial, sobre os modelos actuais de cooperação militar em África, adoptados pela França, pelos EUA e por Portugal.

## 2. Sobre o Modelo Francês

Para melhor compreender a nova política francesa em África importa identificar as causas exógenas e endógenas subjacentes ao *malaise* franco-africano verificado no início da década de 90.

### 2.1. As causas da erosão

Existem duas datas determinantes na origem da transformação da política africana da França: a queda do muro de Berlim (causa exógena) e o desaire no Ruanda de 94 (causa endógena conjuntural).

De facto, o fim da Guerra Fria esvaziou o argumento duma presença francesa em África visando contrariar a influência soviética, pondo em causa a “sub-empregada geopolítica”<sup>3</sup> contratualizada até então com os EUA. Como causas exógenas, podemos acrescentar a aceleração da globalização na década de 90 e ainda o reforço global duma cooperação multilateral em detrimento das clássicas relações estritamente bilaterais.

No plano endógeno, identificamos dois tipos de causas, conjunturais e estruturais.

Como primeira causa conjuntural, importa salientar a forte desvalorização, ocorrida em Janeiro de 94, do franco CFA.

---

2 Normalmente emprega-se o acrónimo SSR (Security Sector Reform).

3 S. Smith, «Paris vs. Washington», Limes, Revue Française de Géopolitique, nº 3, 1997, p. 57.

Alguns meses depois, um segundo traumatismo revela-se ainda mais decisivo. A crise do Ruanda constituiu um grave – se não o maior – revés para a política africana da França desde a sua “primeira descolonização”. O apoio ao poder hutu, denotando uma espécie de visão etnicista da democracia, prosseguiu até aos massacres de Abril de 94, despoletados pela morte do presidente Habyarimana, quando os factos já não podiam mais ocultar o genocídio tutsi em curso. A “armadilha ruandesa”<sup>4</sup>, maximizada alguns anos depois pela desastrosa gestão da crise zairense, revela-se decisiva para a continuidade da política francesa em África segundo o modelo tradicional.

Uma terceira causa conjuntural significativa radica nos efeitos nefastos duma política francesa de imigração cada vez mais discriminadora e restritiva em relação aos africanos.

Ao nível das causas estruturais, importa relevar o culto do *statu quo*, segundo o qual a França apoiou durante várias décadas a maior parte das lideranças autoritárias e corruptas instaladas no poder. Com esta atitude ambígua, que Erik Orsenna descreve como “o apoio aos ditadores denunciando as ditaduras”, a mensagem francesa da democracia perdeu rapidamente a sua credibilidade.

Uma segunda causa estrutural remete-nos para os níveis decepcionantes dos fluxos da APD<sup>5</sup> francesa para África, a maior parte dos quais reverte para os poderes instalados, em detrimento das supostas populações beneficiárias.

Por último, convém referir, durante a década de 90, as críticas recorrentes ao sistema francês de cooperação, cuja falta de transparência e complexidade reforçaram durante anos as contradições internas. O próprio Charles Josselin denunciou, logo após a sua nomeação para o cargo de Secretário de Estado da Cooperação, as “redes, os intermediários, o secretismo e as ligações perigosas”<sup>6</sup>, numa tentativa de se demarcar dos recorrentes escândalos publicados na imprensa sobre os nebulosos negócios africanos da ELF.

Enfim, esta forte erosão das posições francesas em África, que alguns autores compararam ao “fim do Baixo Império”<sup>7</sup>, manifestava-se com particular incidência na região dos Grandes Lagos, e também num arco geopolítico que se estendia de Angola até à Eritreia.

---

4 E. Fottorino, «Le Piège Rwandais», Le Monde, 25 Julho 1997.

5 Ajuda Pública ao Desenvolvimento.

6 Cf. G. Ottenheimer, «Josselin: um néophyte en Afrique», L'Express, 14 Agosto 1997.

7 «Afrique: la fin do Bas Empire», Limes.

Entretanto, uma espécie de neo-nacionalismo ecoou por todo o continente na segunda metade dos anos 90, alimentado naturalmente pelas principais potências africanas.

Os “cinco grandes”<sup>8</sup>, encorajados por interesses políticos e económicos exógenos ao continente, trataram de redefinir as zonas geopolíticas de influência através da liderança de processos de criação de organizações económicas, visando dinâmicas sub-regionais de integração adaptadas às aspirações hegemónicas regionais de cada um deles.

## 2.2. A transformação da política africana da França

Em função deste quadro forçosamente desfavorável para os seus interesses, a França tinha duas opções: ou efectuar aquilo que alguns designaram por uma “segunda descolonização” ou então tentar manter o *statu quo* com base numa nova estratégia de cooperação.

Há indícios que favorecem ambas as teses. Por exemplo, durante o Verão de 97, a França anunciou a redução a prazo de 40% do dispositivo militar francês no continente africano, que incluiu medidas drásticas envolvendo o encerramento de unidades consideradas até então vitais sob o ponto de vista geoestratégico (por ex., as bases de Boaur e Bangui na República Centro-Africana). Este anúncio foi interpretado como confirmação da opção de retirada do continente<sup>9</sup>. Na realidade, esta redução de efectivos militares no exterior teve como causa principal a necessidade de suporte financeiro ao dispendioso processo de profissionalização das Forças Armadas francesas.

No domínio da cooperação técnico-militar, entre 1988 e 98, a França reduziu os seus efectivos em África de 954 para 570. Contudo, em grande medida, esta diminuição dos assessores militares franceses correspondeu à passagem de um modelo de cooperação de “substituição” para uma cooperação assente em “assessorias de projectos”<sup>10</sup>.

Os factos parecem, pois, sustentar a segunda tese.

---

8 África do Sul, Argélia, Egipto, Nigéria e Senegal.

9 Cf. «*La fin de la coloniale*», *L'Autre Afrique*, n.º 11 de 30 Julho 1997.

10 Os projectos são entidades autónomas, co-dirigidos por dois Directores Técnicos: um oficial do país beneficiário e um outro francês, comandante de um Destacamento de Instrução Operacional (DIO), composto normalmente por três assessores militares (um oficial e dois sargentos).

Naturalmente, impunham-se alguns ajustamentos nos conceitos, na organização e no método.

Assim, a nova política africana do governo francês foi concebida à escala continental, ou seja, para além da zona de influência francófona. Paralelamente à nova doutrina oficial de “não-ingerência”, o governo francês procurou ir ao encontro de uma África em início de globalização acompanhado por novos parceiros, anglófonos inclusive, por forma a viabilizar e apoiar iniciativas multilaterais ambiciosas das quais a França, não dispondo sozinha dos recursos suficientes para a sua implementação e posterior execução, pretendeu, no mínimo, avocar a paternidade.

Sob o ponto de vista organizacional, a reestruturação efectuada visou conferir uma maior unidade à acção exterior do Estado no domínio da cooperação, através de um único orçamento, uma só administração e uma só gestão unificada do pessoal, mantendo, no entanto, as prioridades e o valor dos apoios.

Significativo foi ainda a transição para o Ministério dos Negócios Estrangeiros da tutela do dispositivo militar francês em África, incluindo a cooperação militar, anteriormente dependente do Ministério da Defesa.

Note-se que, no domínio da Segurança e Defesa, o relacionamento bilateral não foi desvalorizado nem perdeu eficácia, bem pelo contrário. Assim, a significativa redução dos efectivos militares no terreno correspondeu tão-só à transição de uma estratégia de “quadrícula” para outra de “ projecção de forças” profissionais. Por outro lado, esta redução de efectivos gerou poupanças significativas, parte das quais foram reinvestidas na adaptação da rede de bases aéreas em África, por forma a apoiar a projecção de forças a partir do território francês.<sup>11</sup>

Quanto ao dispositivo de “quadrícula”, passou a apoiar-se, essencialmente, nas unidades estacionadas no Senegal, na Costa do Marfim, no Gabão, no Tchad e no Djibouti, países-chave para a perenização da influência política, económica e estratégica da França.

Foi, contudo, no plano das iniciativas de âmbito multilateral que as maiores novidades surgiram, nomeadamente no âmbito do Apoio à Paz em África.

---

11 A base aérea de N’djamena, no centro do dispositivo (Tchad), adquiriu uma importância estratégica.

### 2.3. O programa RECAMP

No início de 1996, a França inicia um processo de “africanização” das Operações de Apoio à Paz em África. Assim, logo na Primavera do ano seguinte decide treinar, enquadrar, equipar e armar uma força de interposição constituída por militares africanos: a MISAB<sup>12</sup>. Esta força evitou que militares franceses fossem directamente empenhados, uma vez mais, na linha da frente face aos motins centro-africanos, anulando desta forma os riscos politicamente incomportáveis de uma repetição do desaire ruandês.

Animados pelo sucesso da MISAB, a França lança então o programa cíclico RECAMP<sup>13</sup>. Ciente da exigência dos apoios necessários à concretização desta iniciativa, a França dispunha como contrapartidas negociais de um capital de conhecimento, influência e capacidade instalada no terreno ao longo de séculos, irrecusáveis para qualquer potencial parceiro ávido de aumentar a sua influência em África. Por isso, não surpreende o imediato e substancial apoio logístico dos EUA a esta iniciativa francesa, bem como a correspondente colocação a título permanente, a partir de 99, de um Coronel francês perito em Assuntos Africanos no ACSS<sup>14</sup>, em Washington.<sup>15</sup>

Inicialmente, o objectivo do RECAMP visava desenvolver uma capacidade africana efectiva de conduzir OAPs e missões de Ajuda Humanitária no continente, sob a égide da ONU e em ligação com a União Africana (UA). Mais recentemente, em função do inequívoco sucesso da iniciativa, a França conseguiu já inscrever o RECAMP na agenda africana da UE, a qual vê neste programa um instrumento privilegiado de apoio militar aos esforços da UA no domínio da Segurança e Defesa, para futuros cenários de intervenção semelhantes ao de Darfour.

Os ciclos RECAMP apoiam-se em três vectores fundamentais:

- Formação de quadros e treino de forças militares nas técnicas específicas das Operações de Apoio à Paz, através dos DIO/DIT (Destacamentos de Instrução Operacional/Técnica) e das **Escolas Nacionais de Vocação Regional (ENVR)**, das quais falaremos mais à frente;
- Realização periódica de Exercícios Multinacionais, de âmbito sub-regional;

---

12 Mission Interfricaine de Stabilization à Bangui.

13 Renforcement des Capacités Africaines pour le Maintien de la Paix.

14 African Center for Strategic Studies.

15 O apoio dos EUA e do Reino Unido ao RECAMP foi oficializado em 1997 no âmbito dos Acordos P3.

- Pre-posicionamento pela França do material colectivo necessário ao levantamento do Batalhão RECAMP atribuído a uma determinada sub-região.

Cada ciclo, de duração bienal, é composto por quatro fases, co-organizadas por um país africano anfitrião e pela França, permitindo às forças militares dos países participantes operar num quadro multinacional, no âmbito da sub-região seleccionada.

Realizaram-se, até hoje, cinco ciclos RECAMP, dois na sub-região da CEDEAO, dois na da CEEAC e outro no espaço abrangido pela SADC.

O quinto ciclo RECAMP introduziu algumas novidades em relação aos anteriores. A mais interessante de todas foi, no âmbito da gestão de crises, a inclusão de forças de segurança (de natureza militar, do tipo GNR, e civil, do tipo PSP) que poderão ser empenhadas no Teatro de Operações (TO) em complemento das missões tradicionalmente atribuídas às forças militares no âmbito das OAP. Assim, para além da constituição da habitual força militar multinacional de escalão Batalhão, os países da sub-região irão constituir uma outra força com elementos oriundos das respectivas forças nacionais de segurança, com experiência neste domínio, que participarão no exercício final (fases CPX e FTX) para execução de determinado tipo de missões específicas. Alguns elementos serão ainda destacados para o Estado-Maior (EM) da força, por forma a testar a eficácia de um projecto de organização de um EM-tipo para operações desta natureza.

O programa beneficia actualmente do apoio da Alemanha, dos EUA, do Reino Unido, da Rússia, do Canadá, da Espanha, da Itália, da Suíça, de Portugal, da UE e da UA.

A flexibilidade, a natureza modular e a capacidade de expansão do programa RECAMP são qualidades essenciais para o seu notável potencial de atracção de novos parceiros. O programa consegue, inclusivé, responder ao objectivo, definido como prioritário pelo Presidente da Comissão Africana da UA<sup>16</sup>, de se constituir uma Força de Prontidão Africana<sup>17</sup> até 2010, capaz de conduzir autonomamente operações de Paz no continente.

Com efeito, sendo essa força composta por cinco brigadas, cada uma delas gerada a partir de cada uma das sub-regiões africanas definidas pelas organizações regionais mais representativas (CEDEAO, CEEAC, SADC, IGAD e UMA), torna-se evidente

---

16 o ex-Chefe de Estado do Mali, Alpha Oumar Konaré.

17 Force Africaine en Attente (FAA) em francês, ou African Standby Force (ASF) em inglês.



a adaptabilidade e o potencial do programa para a materialização deste objectivo da UA.

#### 2.4. *As ENVR*

O forte potencial mediático do RECAMP relegou para segundo plano a verdadeira chave do seu sucesso: a rede de Escolas Nacionais de Vocação Regional (ENVR). De facto, são os recursos humanos por elas formados que alimentam aquele programa.

Localizados em oito dos países da zona de influência francófona<sup>18</sup>, estes centros de formação, mediante a inclusão de vagas nos cursos ministrados para militares de outros países da sub-região, geram fortíssimas forças centrípetas que alimentam as dinâmicas de integração regional.

No domínio da cooperação militar, a França apostou na formação técnica local de nível médio, mais ajustada às necessidades do mercado de emprego gerado pelas economias africanas. Esta opção faculta, por um lado, capacidades e saberes geradores de fontes alternativas de rendimentos essenciais à sobrevivência da maioria dos militares africanos, dependentes do parco e incerto salário alocados às Forças Armadas nacionais, maior facilidade de reintegração dos ex-militares na sociedade civil.

Disponibilizando no seu conjunto uma oferta diversificada, nos domínios do ensino politécnico, da saúde, da administração, da segurança interna, da desminagem, das técnicas de Estado-Maior, das OAP, etc, as 14 ENVR africanas<sup>19</sup> formam uma média de 1000 alunos por ano.

#### 2.5. *Comentários finais*

Do que precede, a nova política africana do Quai d'Orsay parece gozar, no momento presente, de boa saúde. É certo que, depois do desaire ruandês, a França não mais usufruirá em algumas das suas antigas colónias do sólido capital de confiança que Portugal ainda hoje desfruta na maioria dos PALOP. Contudo, o investimento na francofonia em África sempre foi pragmático e realista, materiali-

---

18 As ENVR existentes na Costa do Marfim, na sequência das crises internas sucessivas dos últimos tempos, foram encerradas e realocadas noutros países, nomeadamente no Níger.

19 A França tem ainda uma ENVR em funcionamento na Roménia.

zando-se ainda hoje num vasto espaço de interesse estratégico, político, económico e cultural, gerador de dependências estratégicas e concretas contrapartidas para a França<sup>20</sup>.

Apesar da transformação profunda dos princípios orientadores da política de cooperação militar com África a partir de 95, decisivamente influenciada pelo desastre da intervenção no Ruanda<sup>21</sup>, a França cumpriu o seu objectivo de redução de 40% dos efectivos militares franceses estacionados naquele continente, aumentando a eficiência global do sistema e sem diminuir o seu tradicional espaço de intervenção político, militar e económico.

Por outro lado, o evidente sucesso do programa RECAMP permitiu à França a consolidação, no seio da União Europeia, da sua imagem de país-chave para o acesso a África. A flexibilidade, a natureza modular e a capacidade de expansão deste programa são factores essenciais para o seu notável potencial de atracção de novos parceiros. Nye diria que se trata de um instrumento notável de projecção do *soft power* francês.

Contudo, o forte potencial mediático do RECAMP tem relegado para segundo plano a verdadeira chave do seu sucesso: as ENVR. Ao incluir vagas nos cursos nelas ministrados para militares de outros países da sub-região, estas escolas geram fortíssimas forças centrípetas que alimentam as dinâmicas de integração regional.

Tanto o RECAMP como as ENVR traduzem por um lado, a adaptação da política africana do Quai d’Orsay ao novo mapa geopolítico do continente africano, onde surgiram dinâmicas de integração sub-regional não coincidentes com anteriores zonas de influência francófona, e por outro a sua intenção de manter, no seio da UE, uma indiscutível liderança relativamente à agenda Europa-África.

Em suma, apesar das feridas profundas provocadas na sua histórica relação com África pelos desaires dos anos 90 e da actual crise interna particularmente aguda, a França parece ter recuperado a iniciativa em África, sendo hoje o interlocutor privilegiado e “quase” consensual da relação UE-UA. A entrega do comando da Operação ARTEMIS<sup>22</sup> à França, a primeira efectuada pela UE e por conseguinte de acrescida responsabilidade, não terá acontecido por mero acaso.

---

20 Seria, aliás, interessante analisar até que ponto a tão propalada “comunidade lusófona dos afectos” resistiria, em África, a uma cooperação *de facto* biunívoca, nos interesses e nas contrapartidas geradas...

21 Philippe Marchesin afirma mesmo que “...a crise do Ruanda valeu todos os relatórios publicados nos dez anos anteriores sobre urgência da reforma do modelo de cooperação francês em África...”.

22 em 2003, na região de Itury, República Democrática do Congo.

### 3. Sobre o Modelo Americano

Sob o pano de fundo da *War on Terror*, os Estados Unidos “reestrategizaram” o continente africano. Ciente da sua dependência em matérias-primas vitais para a sua economia, disputadas ferozmente pela China, e preocupado em “securizar” os seus aprovisionamentos no médio prazo, Washington tem multiplicado os acordos políticos e militares com a maioria dos países africanos. As Forças Armadas, as companhias petrolíferas e as empresas americanas de consultoria no âmbito da segurança são vectores privilegiados desta nova estratégia.

#### 3.1. As causas da mudança

Até ao fim da Guerra Fria, a relativa indiferença de Washington sobre o continente africano tem por base a “sub-empregada geopolítica”<sup>23</sup> tacitamente contratualizada, até então, com a França.

Mais tarde, os acontecimentos de Outubro de 93 estão na base de novo recuo nos objectivos da política africana dos EUA. As imagens televisionadas dos corpos dos militares americanos, arrastados como troféus pelas ruas de Mogadíscio, provocaram em Washington um terramoto de proporções semelhantes ao ocorrido um ano mais tarde, em Paris, aquando do desaire ruandês.

Ironicamente, este revés da França criou uma janela de oportunidade habilmente aproveitada pelos EUA, entretanto já refeitos do choque da Somália e interessados em estender a África o novo eixo-chave da sua política externa: a “diplomacia do negócio”. Warren Christopher, durante o seu périplo por África em Outubro de 96, afirma claramente que “...passou o tempo em que África foi dividida em zonas de influência nas quais as potências exteriores consideravam esses grupos de países africanos como seu domínio privado.”<sup>24</sup>

Posteriormente, o 11 de Setembro de 2001 e a decorrente luta contra o terrorismo cria o pretexto ideal para a multiplicação de iniciativas, no domínio militar e não só, visando o aumento da influência americana no continente africano. A título de exemplo, parece evidente a relação causa-efeito entre o 11 de Setembro e a anuência do Djibouti

---

23 S. Smith, «Paris vs. Washington», Limes, Revue Française de Géopolitique, nº 3, 1997, p. 57.

24 <http://www.pbs.org/newshour>

em acolher, no seu território, o quartel-general da *Combined Joint Task Force* (CJTF)-Horn of Africa.

### 3.2. A nova política africana dos EUA

Podemos afirmar que a política africana dos EUA é hoje conduzida em função de três tipos de ameaças aos seus interesses nacionais: o terrorismo islâmico, a “securização” do acesso a matérias-primas estratégicas e a crescente influência da China no continente.

Começemos pela ameaça do terrorismo islâmico. Dois anos após o 11 de Setembro, a faixa saheliana transformara-se num espaço de utilização relativamente seguro para as redes terroristas e do crime organizado. A fraca densidade populacional e a fragilidade dos estados que integram esta faixa, que se estende da Mauritânia ao Corno de África, propiciam condições privilegiadas à existência de corredores de mobilidade seguros e ao estabelecimento de bases logísticas e de treino para essas organizações.

Pretendendo anular esta vulnerabilidade estratégica, os EUA lançam um programa de assistência militar, designado por *Pan-Sahel Initiative* (PSI), operacional desde Novembro de 2003. Este programa, conduzido por forças do US-EUCOM<sup>25</sup>, visa ajudar o Mali, o Chade, o Níger e a Mauritânia a combater o contrabando e as redes terroristas e do crime organizado.

Analisemos, agora, a necessidade de “securização” do acesso às matérias-primas vitais para os EUA. Neste contexto, torna-se evidente o particular interesse dos EUA na estabilização da zona do Golfo da Guiné, donde provém actualmente cerca de 15% de todo o petróleo importado pelos EUA. Deste facto decorre a crescente importância atribuída por Washington a países como Angola ou a Nigéria.

Washington tomou consciência da sua dependência relativamente a matérias-primas fornecidas pelo continente africano: manganésio (para a produção de aço), cobalto e cromo, indispensáveis para o fabrico de ligas (nomeadamente na aeronáutica), vanádio, ouro, antimónio, flúor, germânio... sem esquecer, obviamente, os diamantes industriais. A RDC e a Zâmbia possuem 50% das reservas mundiais de cobalto; 98% das reservas mundiais de cromo encontram-se no Zimbabwe e na África do Sul; além disso, neste último país concentram-se 90% das reservas de metais do grupo da platina.

---

25 Comando Europeu do Exército dos EUA.

Por último, existe um sentimento de impotência nos EUA relativamente à crescente influência da China em muitos estados africanos, atraídos por uma cooperação fundada numa política não-expansionista, não-intervencionista, não-ideológica, aparentemente com interesses puramente comerciais. A estratégia norte-americana visa, essencialmente, a sensibilização dos decisores políticos africanos para os efeitos nefastos que uma nova relação sino-africana poderá, no médio prazo, trazer para a consolidação em África de regimes democráticos multipartidários, pressupondo - talvez ingenuamente - que é este o desejo das elites instaladas no poder.

### 3.3. O ACRI

Depois dos desaires da Somália e do Ruanda, tornou-se claro para Washington o risco que constituiria um futuro empenhamento directo dos seus militares em teatros de operações africanos. Por isso, a partir da segunda metade da década de 1990, os EUA adoptam gradualmente um novo modelo de cooperação militar com África, visando a “africanização” das operações militares conduzidas no continente.

Em 1996, Washington propõe a criação de uma Força de Resposta às Crises Africanas (ACRF<sup>26</sup>). A sigla indicia, de forma demasiadamente explícita, os objectivos de projecção do *hard power* americano sobre o continente, pelo que a proposta foi categoricamente repudiada pelos países africanos de maior influência nas zonas francófona e anglófona.

Assim, o ACRF foi de imediato substituído por um outro programa, designado desta feita por *African Crisis Response Initiative* (ACRI). A iniciativa pretendia desenvolver as capacidades africanas com vista à condução autónoma de OAP e de ajuda humanitária, sendo o material fornecido do tipo «não letal».

Não obstante o ACRI ter sido uma criação da secretaria de Estado norte-americana, quem coordenou os meios militares foi o US-EUCOM. Empresas privadas especializadas nesse sector, tais como a Logicon, do grupo Northrop-Grumman, ou a Military Professional Resources Inc. (MPRI<sup>27</sup>), forneceram material e «pessoal civil especializado».

---

26 African Crisis Response Force.

27 A MPRI é uma firma privada de consultoria no âmbito da segurança, dirigida, entre outros, por ex-oficiais americanos, e trabalha por conta de governos do mundo inteiro, incluindo no Iraque.

O programa ACRI foi concebido para desenvolver competências militares de base, reforçar formações de combate e aumentar as capacidades de comando e controlo dos Estados-Maiores. O seu lema traduzia-se na expressão «mini-equipamento, máxima preparação».

De Julho de 1997 a Maio de 2000, o ACRI organizou a formação de batalhões no Senegal, Uganda, Malawi, Mali, Gana, Benim e Costa do Marfim.

### 3.4. O ACOTA e o ARP

O programa ACOTA<sup>28</sup> foi criado pela administração Bush na Primavera de 2002, em substituição do anterior ACRI<sup>29</sup>.

O treino operacional, do qual usufruíram desde 96 cerca de 8.600 militares africanos, é conduzido no país beneficiário por destacamentos operacionais com efectivos que rondam os 60 militares, todos eles oriundos de unidades de Forças Especiais americanas.

O programa ACOTA altera substancialmente a filosofia do seu antecessor. De facto, pela primeira vez, o treino oferecido abrange as operações militares ofensivas, no âmbito da tática de pequenas unidades do tipo Infantaria ligeira. Oficialmente, o objectivo desta alteração visa o desenvolvimento das capacidades africanas na condução autónoma de todo o espectro das OAP, incluindo as missões de *peace enforcement*, por natureza levadas a efeito em ambientes operacionais mais hostis. Deste objectivo decorre a justificação do fornecimento, no âmbito do ACOTA, de diverso armamento militar, ligeiro e médio (pistolas, espingardas automáticas, metralhadoras e mesmo morteiros).

Importa referir ainda que os EUA conseguiram, já, a adesão da África do Sul (país que é essencial para os interesses estratégicos americanos) ao programa ACOTA.

Em conjugação com o ACOTA, os EUA lançaram um programa especificamente vocacionado para competir com o RECAP no desenvolvimento das capacidades africanas de manutenção da paz, apostando em dinâmicas de integração sub-regionais.

Este programa, designado por *Africa Regional Peacekeeping (ARP)*, contemplou já alguns países africanos, tendo por principais beneficiários a Nigéria, o Senegal, o Gana e a

---

28 African Contingency Operations Training Assistance.

29 African Crisis Response Initiative.

Guiné-Conakri, países para onde os EUA conseguiram já transferir alguma tecnologia militar.

Futuramente, os fundos alocados a este programa apoiarão a realização de um exercício, designado por “*Shared Accord*” e conduzido pelo US-EUCOM, em que participará uma força multinacional africana, levantada a partir de contingentes militares oriundos dos países beneficiários do ARP.

### 3.5. Os centros de formação JCATS

O ACOTA está ligado a centros de formação militar do *Joint Combined Arms Training System* (JCATS), indispensáveis à manutenção do nível de qualificação dos quadros militares africanos. O primeiro desses centros foi aberto em Abuja, na Nigéria, em 25 de Novembro de 2003. Os JCATS são geridos pela empresa MPRI e baseiam-se na utilização de sofisticados programas informáticos de simulação de guerra, inspirados em condições que existem de facto nos campos de batalha. A Nigéria e o Canadá são os dois únicos países que têm programas informáticos JCATS.

Os JCATS são, pois, centros que permitem apoiar a formação contínua dos quadros militares africanos, com custos de manutenção extremamente baixos.

### 3.6. O IMET

O *International Military Educational and Training Program* (IMET) é um programa específico de formação militar em unidades e estabelecimentos das Forças Armadas americanas, que atribui bolsas a oficiais de todos os países com quem Washington mantém relações amistosas. Presentemente, 44 países africanos participam no IMET. Nos últimos três anos, cerca de 4.500 Oficiais africanos usufruíram deste programa. Os principais países beneficiários têm sido o Botswana, a Etiópia, o Gana, o Quênia, a Nigéria, o Senegal e a África do Sul.

### 3.7. O ACSS

Mas o ACOTA, o ARP e o IMET são apenas uma parte da estratégia multi-vectorial que orienta o esforço de Washington no sentido de incrementar o seu espaço de influência em África.

O *African Center for Strategic Studies* (ACSS) posiciona-se, hoje, como uma das iniciativas de maior sucesso na projecção do *soft power* dos EUA em África.

Criado em 1999, sob a tutela da *National Defence University*, o ACSS prossegue o modelo, naturalmente adaptado às idiossincrasias africanas no domínio da segurança e defesa, dos centros regionais congéneres criados pelo Departamento de Defesa (DoD), que procuram sensibilizar as elites militares e civis das regiões do globo mais instáveis para os valores essenciais da democracia e do direito humanitário.

A organização de seminários e workshops, de natureza e finalidades diferenciadas, a maior parte dos quais realizados em território africano, tem sido a tónica dominante da acção desenvolvida por este *think tank*.

Dos três modelos-tipo de seminários, os *Senior Leader Seminars* (SLS) são, talvez, os que mais têm contribuído para a prossecução dos objectivos delineados pelo DoD aquando da criação do ACSS<sup>30</sup>. Com uma duração média de duas semanas, inteiramente gratuitos para os participantes, os SLS realizam-se normalmente em solo africano<sup>31</sup>, organizados e conduzidos por um grupo de reputados profissionais que guarnecem a estrutura do ACSS. Os participantes, cerca de 130 civis e militares, são membros influentes nos governos africanos (e também europeus<sup>32</sup>) nas áreas da defesa, da segurança e das relações externas. São ainda convidados dirigentes das organizações internacionais, regionais e sub-regionais, bem como representantes da comunidade das ONG e da imprensa.

Durante os quinze dias são discutidas temáticas abrangentes, com especial incidência sobre a natureza da relação civil-militar nas sociedades democráticas, a formulação de conceitos estratégicos e orçamentos de defesa ajustados às realidades africanas, bem como a definição teórica dos sistemas de forças daí decorrentes.

Contudo, mais do que propriamente pelo conteúdo e qualidade académica do programa, o sucesso desta iniciativa explica-se pela constituição de uma rede de confiança inter-pessoal, ligando militares e civis de todos os países participantes, tecida ao longo de quinze dias num ambiente informal de salutar convívio e debate.

O ACSS adoptou, inicialmente, o inglês e o francês como línguas de trabalho. A participação da França no ACSS era, na altura, considerada fundamental enquanto país-chave de acesso a um continente ainda hoje mal compreendido pelos EUA. Assim,

---

30 Existem, ainda, os *Sub-Regional Seminars* (SRS) e os *Topical Seminars* (TS).

31 Já se realizaram SLS nos EUA (p.ex., em Junho de 2006 decorreu um em Atlanta, Geórgia).

32 Portugal tem participado em muitos destes seminários.



como aparente contrapartida do substancial apoio logístico dos EUA ao programa RECOMP, conseguiu-se a colocação a título permanente, a partir de 2000, de um Coronel francês perito em Assuntos Africanos na sede do ACSS, em Washington.

### 3.8. *Comentários finais*

O renovado interesse dos Estados Unidos por África parece estar, fundamentalmente, ligado ao petróleo africano<sup>33</sup>. Muitos peritos consideram que, nos próximos dez anos, o continente africano se irá tornar para os Estados Unidos a segunda fonte de petróleo e talvez de gás natural. No centro do pensamento militar norte-americano existem dois eixos estratégicos que importa controlar: a oeste, o oleoduto Chade-Camarões e a leste, o oleoduto Hagleig-Porto Sudão.

A recente confirmação da existência de vastas reservas de petróleo em São Tomé e Príncipe parece explicar a rápida intervenção de Washington, ao lado da Nigéria e da CPLP, no golpe de estado de Julho de 2003. Menos de três meses depois, as empresas petrolíferas norte-americanas propuseram mais de 500 milhões de dólares<sup>34</sup> para explorar as águas profundas do Golfo da Guiné, que a Nigéria e São Tomé e Príncipe partilham.

Ao mesmo tempo, o exército norte-americano anunciou um programa de ajuda às pequenas forças de segurança locais, estando em estudo o estabelecimento duma base naval no arquipélago.

Nos últimos anos, o interesse político e militar dos Estados Unidos por África tem aumentado consideravelmente. A visita de Colin Powell ao Gabão e a Angola (países produtores de petróleo), em Setembro de 2002, e a viagem do presidente George W. Bush, em Julho de 2003, a cinco países (Senegal, Nigéria, Botswana, Uganda e África do Sul), ilustram este facto.

Mais significativa ainda foi a participação indirecta de Washington, em Março de 2004, numa operação militar empreendida por quatro países do Sahel (Mali, Chade, Níger e Argélia) contra o GSPC<sup>35</sup>, organização terrorista supostamente ligada à Al-Qaeda.

Depois dos desaires da Somália e do Ruanda, tornou-se claro para Washington o risco que constituiria um futuro empenhamento directo dos seus militares em teatros

---

33 Ler Jean-Christophe Servant, «Ofensiva sobre o ouro negro africano», *Le Monde Diplomatique* - edição portuguesa, Janeiro de 2003.

34 cerca do dobro daquilo que os dois países esperavam obter.

35 Grupo Salafita para a Prédica e o Combate.

de operações africanos. Por isso, a partir de 96, os EUA adoptam gradualmente um novo modelo de cooperação militar com África, visando a “africanização” das operações militares conduzidas no continente.

Posteriormente, o 11 de Setembro de 2001 e a decorrente luta contra o terrorismo cria o pretexto ideal para a multiplicação de iniciativas, no domínio militar e não só, visando o aumento da influência americana no continente africano.

Os programas ACRI, o ACOTA, o ARP e o IMET são apenas uma parte da estratégia multi-vectorial e multi-departamental que orienta o esforço de Washington no sentido de incrementar o seu espaço de influência em África.

De todas elas, o *African Center for Strategic Studies* (ACSS) posiciona-se, hoje, como uma das iniciativas de maior sucesso na projecção do *soft power* dos EUA em África.

Contudo, a estratégia dos EUA no sentido de aumentar a sua influência no continente possui uma vulnerabilidade endémica. De facto, existe, ainda hoje, uma visível resistência à “ajuda” americana, por parte de muitos governos africanos. Angola constituiu um exemplo evidente. De facto, as relações bilaterais entre os dois países são apenas sustentadas, em larga medida, pelo negócio do petróleo.

Para além da inexistência de uma história e cultura comuns, existem outras causas mais próximas para este clima de desconfiança e rejeição.

A recente ameaça da exclusão de 35 países africanos do AGOA, caso os respectivos governos não aceitassem a inimputabilidade dos cidadãos americanos acusados de crimes de guerra pelo TPI, provocou em África uma onda anti-americana à escala continental.

Por outro lado, à medida que os fluxos da APD americana diminuem drasticamente, torna-se evidente para os africanos o aumento do empenhamento militar dos EUA no continente.

#### 4. Sobre o Modelo Português

Ao processo de descolonização desencadeado logo após o 25 de Abril, seguiu-se um natural período de normalização das relações entre Portugal e as suas ex-províncias ultramarinas, com diferentes ritmos de desenvolvimento e maturação em cada um dos PALOP. A fase final deste período de normalização corresponde à assinatura dos Acordos Gerais de Cooperação Bilateral entre cada um dos PALOP e Portugal.

É, precisamente, com base nas grandes linhas orientadoras definidas por esses acordos, e complementadas pela experiência acumulada de cinco séculos de história comum que a Cooperação Técnico-Militar (CTM) esboçou os seus primeiros passos, no princípio da década de 90.

A CTM, como componente instrumental específica do modelo de cooperação entre Portugal e as suas ex-províncias ultramarinas, procurou sempre subordinar-se aos princípios e objectivos da Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD).

#### *4.1. O modelo bilateral dos anos 90*

Nos primeiros anos da sua existência, a CTM começou por apostar numa cooperação exclusivamente centrada no relacionamento bilateral.

Fazendo uso da abordagem sistémica e programática advogada pelo Comité para a Ajuda ao Desenvolvimento (CAD) da OCDE, e regulada pelo Manual de Programação do PNUD, todas as acções desenvolvidas no âmbito da CTM eram inseridas em projectos, dotados de grande autonomia e co-dirigidos pelo Director Técnico (DT) cooperante e pelo seu homólogo local. Os projectos, por sua vez, estavam inscritos em Programas-Quadro (PQ) de referência para o biénio (ou triénio), previamente aprovados pelas respectivas Comissões Bilaterais no âmbito da Defesa.

Importa notar que, nos finais da década de 90, todos os projectos inscritos nos Programas-Quadro (PQ) de referência possuíam já uma forte componente na área da formação.

Os critérios adoptados para a escolha do local das acções de formação obedeciam, para além de outros aspectos, à relação custo/eficácia. Assim, nos PALOP, ministrava-se Instrução Militar com base em programas ajustados às necessidades e condicionamentos locais, assegurando assim a denominada “formação massiva”, enquanto que em Portugal se disponibilizaram vagas para a frequência de cursos médios e superiores, nas Academias e Institutos Superiores Militares.

Mais tarde, a CTM procurou satisfazer os desejos manifestados pelas autoridades locais, no sentido do desenvolvimento de projectos no âmbito da formação local de nível média e superior, destinada aos quadros dos militares das Forças Armadas dos PALOP.

Já na segunda metade da década de 90, em função da evolução do quadro internacional e regional, bem como da transformação de alguns modelos de referência no domínio da cooperação militar, o Ministério da Defesa dá os primeiros passos no sentido da multilateralização da CTM.

Assim, a partir de 95, ao nível da cooperação bilateral, optou-se por privilegiar projectos capazes de “alimentar” a futura componente multilateral da CTM, em três vectores essenciais:

- Estabelecimentos Militares de Ensino (Escolas/Academias Militares e Institutos), que sustentariam futuros Programas de Intercâmbio na área da Formação (âmbito PALOP e sub-regional);
- Centros de Instrução e Treino de Forças Especiais (Comandos; Fuzileiros e Polícia Militar), que alimentariam a futura participação dos militares PALOP em forças multinacionais no âmbito das OAP;
- Projectos potenciadores do desenvolvimento tecnológico dos PALOP, visando o aproveitamento das capacidades de estabelecimentos e órgãos das FA's Portuguesas de elevado grau de especialização técnica.

#### 4.2. A multilateralização da CTM

Atento à evolução dos conceitos de cooperação militar no seio da Comunidade Internacional (CI), alguns dos quais já mencionados, Portugal apostou, de forma decidida, no reforço da componente multilateral da CTM, mas nunca esquecendo que a sobrevivência e evolução deste processo de multilateralização dependeria sempre da qualidade das mais-valias geradas no âmbito bilateral.

Por isso, a partir de 99, a CTM bilateral ajusta-se a um novo modelo conceptual:

- redução do número de projectos (concentração de esforços), por oposição ao tradicional figurino de apoio a uma multiplicidade de projectos dispersos e de impacto limitado (ligados a interesses específicos locais), conservando apenas aqueles capazes de gerar mais-valias potenciadoras da componente multilateral;
- aposta no reforço da capacidade de formação local, designadamente ao nível da formação de formadores, evitando-se, sempre que possível, a formação directa. O esforço bilateral passou a incidir sobre projectos de criação de Estabelecimentos Militares de Ensino, ao nível local, considerados de natureza estruturante e potenciadores da valorização do tecido sócio-profissional das sociedades civis africanas;

- Desenvolvimento da Cooperação Militar extra-PALOP, apontando-se como possíveis parceiros, entre outros, o Senegal, a Guiné Equatorial, o Gabão, a Namíbia, a África do Sul, o Zimbabwe e o Malawi.

O processo de multilateralização da política de execução da CTM efectivou-se sem sobressaltos, gradual e sustentadamente.

Não houve, no caso português, agentes catalizadores - do tipo “desaire ruandês” - que tivessem forçado uma transformação abrupta e radical do modelo de cooperação.

Nem mesmo o golpe militar de 98, na Guiné-Bissau (que quase destruiu as exemplares mais-valias geradas até então pela CTM luso-guineense) terá tido influência decisiva neste processo de multilateralização, que já se havia iniciado alguns anos atrás.

Foram formalmente definidos quatro “pilares” de sustentação deste processo de multilateralização:

- Preparação e treino local de Unidades para participação em OAP;
- Instalação local de núcleos de Estabelecimentos Fabris Militares;
- Reforço da criação local de Estabelecimentos de Ensino Militar;
- Ciclos de Conferências e Seminários no âmbito da Segurança e Defesa.

Em finais de 99, estavam já em curso no continente africano dinâmicas de integração sub-regional, nos planos económico, político, militar e mesmo cultural. A CTM apercebeu-se da necessidade de participar indirectamente nestes processos, apoiando a participação de militares PALOP nas iniciativas de integração sub-regional, no domínio militar. O envolvimento de contingentes dos PALOP nos exercícios RECAMP teve por base o apoio da CTM portuguesa.

Entretanto, a importante participação das Forças Armadas Portuguesas na ONUMAZ (processo de paz de Moçambique), na UNAVEM e na MONUA (processo de paz de Angola) para além de um elevado número de participações em missões noutros países africanos, foi reforçando junto da CI o protagonismo de Portugal naquele continente.

#### 4.3. O PAMPA

No dia 3 de Abril de 2006, o Ministério da Defesa e o Ministério dos Negócios Estrangeiros divulgaram, em conjunto, um documento intitulado de Programa de Apoio às Missões de Paz em África (PAMPA).

Tendo por base a Resolução do Conselho de Ministros nº 196/2005, de 22 de Dezembro, que aprova o documento “Uma Visão Estratégica para a Cooperação Portuguesa”, o PAMPA anuncia como objectivo o aproveitamento da “dupla” experiência e conhecimento do Ministério da Defesa Nacional e das Forças Armadas Portuguesas, por um lado pela participação na União e na Aliança, por outro pela longa relação bilateral com os parceiros CTM, em proveito dos países africanos e da Segurança e Desenvolvimento de África, contribuindo, naturalmente, para a afirmação e visibilidade externa de Portugal.

Entre outras afirmações significativas, o PAMPA assume que a CTM portuguesa tem vindo a desenvolver uma actividade que se enquadra no conceito actual e mais abrangente de Reforma do Sector da Segurança (SSR).

Afirma-se ainda que Portugal e as suas Forças Armadas devem partilhar com os países africanos a sua vasta experiência no domínio das OAP, para que aqueles “...apreendam saberes e edifiquem capacidades próprias para, por si ou articuladamente, sob mandato internacional, poderem intervir na gestão de crises em África.”

O PAMPA preconiza quatro grandes eixos de acção:

- 1º Eixo - Capacitação institucional no âmbito da Segurança e Defesa;
- 2º Eixo - Formação de militares dos Países Africanos;
- 3º Eixo - Cooperação com Organizações Regionais e Sub-Regionais africanas;
- 4º Eixo - *Mobilização da agenda africana nas políticas e estratégias* das Organizações de Segurança e Defesa (em particular NATO e UE).

Analisemos algumas das acções mais significativas destes quatro vectores.

No âmbito do primeiro eixo, e na linha do que foi já feito pela França, o governo português aposta - e bem - na colocação de um oficial junto do “*African Center for Strategic Studies*” (ACSS), em Washington. Ainda neste eixo, advoga-se a continuação do apoio de Portugal aos ciclos RECAMP, “...em moldes semelhantes a anteriores participações.”

Quanto ao 2º eixo, ele constitui - e bem - uma componente nuclear do PAMPA, face à “...indispensável valorização e capacitação do factor humano, através da aquisição de conhecimentos conceptuais, doutrinários, técnicos e científicos, e ao seu potencial multiplicador, com resultados evidentes no adequado desenvolvimento do papel das Forças Armadas desses mesmos países, seja nas sociedades que integram, seja

nos espaços regionais e sub-regionais onde se inserem, consolidando a Instituição Militar como elemento estruturante do Estado.”

No quadro da CPLP, preconiza-se o desenvolvimento de “Centros de Excelência” de formação de formadores. Estes Centros de Formação de Formadores deverão, desejavelmente, distribuir-se por três dos cinco PALOP (não foram contemplados São Tomé e Príncipe e a Guiné-Bissau).

Saliente-se, por fim, no âmbito do 3º eixo, a reiteração do apoio português às dinâmicas de inserção regional dos PALOP, “...na perspectiva da sua capacitação na área das Operações de Manutenção de Paz e Humanitárias...”. Para tal, Portugal desenvolverá diligências no sentido de colocar um militar na sede da União Africana, e indigitará um outro como ponto de contacto permanente com a CEDEAO.

## 5. Conclusão

O evidente sucesso do programa RECAMP, exemplarmente mediatizado, proporcionou à França a oportunidade de consolidar, no seio da União Europeia, a sua imagem de país-chave para o acesso a África. A flexibilidade, a natureza modular e a capacidade de expansão do programa RECAMP evidenciam o cuidado do Quai d’Orsay em prospectivar, desde 1996, a evolução do modelo em função de uma nova arquitectura de segurança e defesa em África, assente nas então embrionárias dinâmicas de integração regional. Nye diria, certamente, que se trata de um instrumento notável para o exercício do *soft power* francês.

Contudo, o forte potencial mediático do programa tem relegado para segundo plano a verdadeira chave do seu sucesso: as ENVR. Ao incluir vagas nos cursos nelas ministrados para militares de outros países da sub-região, estas escolas geram fortíssimas forças centrípetas que alimentam as dinâmicas de integração regional.

Em suma, apesar das feridas profundas provocadas pelos desaires dos anos 90 na sua relação com África e da actual crise interna particularmente aguda, importa reconhecer que a França, mercê duma estratégia renovada de longo prazo, geopoliticamente alicerçada na extensa zona francófona que ainda hoje controla e influencia, recuperou a iniciativa em África sendo hoje o interlocutor privilegiado e “quase” consensual da UE no continente.

Por outro lado, o intervencionismo militar dos Estados Unidos em África vai-se estendendo às zonas de tradicional influência das antigas potências coloniais, como

é o caso da França. Essa concorrência é óbvia em Djibuti, um dos países mais pobres do mundo, desértico e sem recursos, mas de enorme importância geoestratégica. Com efeito, e simultaneamente, o Djibuti tem uma posição avançada na zona marítima por onde transita uma quarta parte da produção mundial de petróleo (sem falar da proximidade geográfica do oleoduto sudanês) e encontra-se situado na faixa estratégica saheliana que Washington quer «securizar». A França ainda tem em Djibuti a sua principal base militar no estrangeiro, o Campo Lemoine, mas este país já se tornou uma base norte-americana permanente<sup>36</sup>...

Em tese, o modelo americano de “africanização” das OAP procura, na linha do francês, evitar o empenhamento directo dos seus militares nos conflitos africanos. Para os EUA, esta necessidade é hoje reforçada pelo crítico “overstretching” do seu dispositivo de forças projectadas além-fronteiras, agravado pela ratoeira iraquiana.

Contudo, por detrás da convincente diversidade de acrónimos identificadores das inúmeras iniciativas e programas em curso, a análise objectiva do modelo norte-americano revela algumas fragilidades quando confrontado com o grau de coerência, de racionalidade, de ductibilidade e de eficácia que o modelo francês possui. Em rigor, poderíamos até questionar *a priori* a aplicabilidade do conceito de “modelo” a um conjunto de iniciativas “ad-hoc”, pluri-vectoriais e multi-departamentais, das quais dificilmente sobressaem sinergias e linhas de acção complementares, confluentes para o objectivo último da “africanização” das OAP.

À referida fragilidade acresce, como vulnerabilidade de fundo, a reconhecida resistência, por parte de muitos governos africanos à “ajuda” americana. Por princípio e de um modo geral, o desenvolvimento de qualquer iniciativa dos EUA em África, no domínio da segurança e defesa, é fortemente prejudicado pela indisfarçável nuvem de desconfiança que sobre eles paira neste continente. As suas aspirações hegemónicas dificilmente conseguem ser dissociadas dos imperialismos coloniais passados, de tão viva e má memória para os africanos. Será esta atávica aversão de muitos africanos aos EUA totalmente infundada?...

Por exemplo, a luta contra o terrorismo parece justificação razoável e completa para o lançamento da *Pan-Sahel Initiative*. Na realidade, não estará a suposta necessidade de um maior controlo sobre os espaços desertificados da faixa saheliana - negando assim aos terroristas a sua utilização como corredor de mobilidade entre o Atlântico

---

36 Ler Philippe Leymarie, «Djibuti, entre super-potência e superpobreza», Le Monde Diplomatique - edição portuguesa, Fevereiro de 2003.



e o Médio Oriente ou como bases logísticas e de treino - relacionada com a recente confirmação da existência de vastos lençóis petrolíferos ao largo da costa da Maurítânia?

E o ACOTA? A novidade do fornecimento de armamento para apoio do treino em operações ofensivas visará, apenas, o reforço das capacidades das forças africanas na condução autónoma de todo o espectro das OAP, ou será o ACOTA um novo vector da “diplomacia do negócio”, propiciando novos canais de escoamento para a excedentária indústria de armamento norte-americana?

Importa, pois, concluir que, no domínio dos processos em curso de “africanização” das OAP, nem mesmo o bem sucedido *African Center for Strategic Studies* (ACSS) consegue compensar o desnível da balança aferidora da projecção em África do *soft power* França/ EUA, com nítida vantagem para os gauleses.

E nós? Se compararmos, a partir do fim da Guerra Fria, os resultados obtidos em África por Portugal, pela França e pelos Estados Unidos no domínio da Segurança e Defesa, a eficiência da execução da política de CTM parece ser inquestionável. Naturalmente, esta percepção justifica-se em função, por um lado, da desproporcionalidade de meios colocados à disposição de um e de outros, e por outro, pela opção de uma política de cooperação em África circunscrita aos cinco países lusófonos.

Contrariamente aos franceses e norte-americanos, Portugal possui hoje um capital de confiança em África - sobretudo na lusófona mas não só - que pode e deve ser potenciado.

A divulgação do PAMPA revelou-se particularmente oportuna. Mais do que pela natureza inovadora do seu conteúdo, constitui-se principalmente como um documento orientador e pragmático, actual, válido e sistematizador de acções já preconizadas noutros textos nacionais, no sentido da “africanização” das Missões de Paz e Humanitárias.

A aposta prioritária no eixo da formação revela-se essencial, prudente e exequível.

Esquecendo, de forma realista e em função das vulnerabilidades endémicas da CPLP, o objectivo da criação, no médio prazo, da tão falada “Força Lusófona”, o PAMPA opta, pragmaticamente, por apoiar as forças africanas no sentido da sua desejável participação em contingentes multinacionais de âmbito sub-regional, no domínio das OAP<sup>37</sup>.

---

37 Interessará, sobretudo, apostar fortemente no apoio a Angola, potencial país-anfitrião, na África central (CEEAC), de uma das cinco brigadas sub-regionais que integrarão a futura African Stand-by Force, da União Africana.

Importa, por fim, referir que todo o esforço de “africanização” das OAP será infrutífero quando não integrado, de facto, no quadro mais abrangente do Apoio ao Desenvolvimento.

Não se pretende com isto diminuir as virtualidades de uma formação militar específica no domínio das Operações de Apoio à Paz. Para além da consolidação da ideia de Instituição Militar como elemento estruturante do Estado e da sua incontornável subordinação ao poder político, este tipo de formação contém matérias que abordam valores essenciais dos direitos do Homem, da solidariedade humana e da democracia.

Apenas se pretende relevar a superficialidade de um esforço exclusivamente centrado no desenvolvimento das capacidades africanas nas OAP, insuficiente para um efectivo incremento dos níveis de eficiência, da capacidade operacional e da própria sustentabilidade das Forças Armadas nacionais da maior parte dos países africanos.

De facto, o verdadeiro problema não é tanto treinar, equipar e armar forças multinacionais africanas visando o seu pontual empenhamento em OAP, financiadas por entidades externas ao continente, mas sim como sustentá-las ao nível interno nos períodos em que não são necessárias.

Normalmente, uma vez concluída uma missão de Paz financiada pela UA através da ONU, os militares africanos que integraram essa força regressam aos seus países de origem, cheios de auto-confiança e orgulhosos do dever cumprido. Nessa altura, de vectores privilegiados de afirmação e visibilidade externa dos estados, passam então a constituir para estes um encargo financeiro permanente e não prioritário, em função da satisfação de outras necessidades básicas a que os parcos orçamentos nacionais, controlados pelo poder instalado, não conseguem responder minimamente.

O conflito, embora não premeditado, acaba por deflagrar. Cientes como nunca do poder das armas, a diminuição abrupta nos salários (quando não mesmo a sua inexistência), a precariedade dos aquartelamentos onde passam prolongados tempos de ócio e a sua incapacidade de adaptação a um ofício alternativo, compelem-nos para soluções violentas que, no limite, levam à queda dos frágeis regimes africanos.

Esta tese poderá explicar as causas próximas de alguns conflitos intra-estatais ocorridos em África na última década. No espaço africano lusófono, por exemplo, identificamos dois possíveis estudos de caso, apoiados em acontecimentos recentes.

Será que podemos relacionar o golpe militar ocorrido em São Tomé a 16 de Julho de 2003, protagonizado por um grupo de militares liderados pelo Major Fernando Pereira

“Cobó”<sup>38</sup>, com o prévio treino específico e decorrente participação desse mesmo grupo de homens quer na força multinacional da CEEAC do 2º ciclo RECAMP (o GABÃO 2000), quer ainda na força lusófona empenhada no exercício da CPLP (o FELINO 2002), no Brasil?

Como segundo possível estudo, propomos um caso guineense. Haverá alguma relação entre o golpe de Outubro de 2004 (do qual resulta o assassinato do General Veríssimo Seabra) perpetrado por um grupo de militares recentemente regressados ao país, e a sua participação no batalhão guineense que integrou a força multinacional da CEDEAO, projectada em Setembro de 2003 para o Teatro de Operações da Libéria?

A cooperação militar portuguesa, fruto do seu vasto e rico capital de conhecimento e saberes empíricos adquiridos no terreno ao longo dos últimos anos, tentou gerir desde os seus primórdios o difícil equilíbrio entre o apoio à constituição de forças militares nacionais dimensionadas ao nível de ambição mínimo do país beneficiário no domínio da segurança e defesa, entre uma inequívoca aposta na qualidade da formação, humana e militar, dos seus quadros, e a tentativa de evitar, em função do reconhecido sucesso da CTM em relação às outras áreas de cooperação, desequilíbrios e instabilidade interna, decorrentes duma força armada nacional sobredimensionada em função do escassos recursos económicos do país que servem.

Daí que a efectiva integração dos objectivos da política de cooperação militar portuguesa no domínio mais vasto dos objectivos gerais do Apoio ao Desenvolvimento tenha sido, desde sempre, uma linha de orientação fundamental.

Por isso, o sucesso do actual processo em curso de “africanização” das Operações de Apoio à Paz dependerá, em larga medida, da capacidade da comunidade de doadores em coordenar e racionalizar os múltiplos mecanismos e programas de cooperação multilateral no domínio da segurança e defesa. Naturalmente, constituirá premissa-chave para tal sucesso a integração destas iniciativas, no domínio da segurança e defesa, numa estratégia multilateral concertada de combate à pobreza, enfim, de apoio efectivo ao desenvolvimento social e económico dos países africanos, em fase com os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio.

---

38 Ver o artigo de Gerhard Seiberg, *Lusotopie* 2003, pp. 245-260.